



**TRABALHOS PARA DISCUSSÃO**

**VITÓRIA DE EDUARDO CAMPOS (PSB): O FIM  
DE UM CICLO POLÍTICO EM PE**

**Túlio Velho Barreto**

**N. 202/2008**

**Abril/2008**

Governo Federal  
Ministério da Educação

Fundação Joaquim Nabuco  
Diretoria de Pesquisas Sociais

A Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes) – que é parte integrante da Fundação Joaquim Nabuco, instituição criada por iniciativa de Gilberto Freyre, em 1949 – desenvolve estudos e pesquisas que buscam compreender e analisar a realidade do Norte e Nordeste do Brasil, nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos, ambientais, educacionais, populacionais e culturais, através da produção, acumulação e difusão de conhecimentos que possam contribuir para elevar a qualidade de vida da população.

O objetivo da série Trabalhos para Discussão é submeter a debate textos resultantes de estudos realizados na Dipes, propiciando aos respectivos interessados o confronto de seus dados e de suas idéias com experiências, pontos de vista e opiniões da comunidade de interessados, razão pela qual têm sentido declaradamente preliminar e experimental, estando abertos a críticas e sugestões, que podem ser enviadas ao endereço abaixo:

DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS  
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos, Recife, PE. CEP: 52071-440. Tel.: (081) 3073-6464. Fax: (81) 3073-6483  
E-mail: [inps@fundaj.gov.br](mailto:inps@fundaj.gov.br) – Home Page: <http://www.fundaj.gov.br>

## Vitória de Eduardo Campos (PSB): o fim de um ciclo político em PE

Túlio Velho Barreto \*

Este texto é uma versão ampliada de *paper* apresentado durante o VIII Simpósio do Observatório Social do Nordeste, realizado em Natal, entre 6 e 8 de dezembro de 2006, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), promovido pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN para avaliar as eleições de 2006 nos nove estados do Nordeste.

Para efeito desta publicação, o texto está organizado da seguinte forma: (1) na primeira seção, aborda-se os antecedentes históricos da eleição estadual de 2006 em Pernambuco; (2) na segunda seção, os processos de formação das três principais frentes partidárias, dentre as diversas que participaram do pleito, aquelas que, efetivamente, disputaram a eleição com chances reais de alcançar o segundo turno; (3) na terceira seção, trata-se da campanha eleitoral e dos resultados do primeiro turno; (4) na quarta seção, do segundo turno e dos resultados finais; e, finalmente, (5) na última seção, faz-se um balanço dos resultados gerais e das perspectivas para os próximos anos.

Uma observação: apesar de enfoque principal recair sobre a disputa majoritária estadual, o presente texto não deixa de tratar das disputas proporcionais (estadual e federal), das eleições para o Senado e presidencial. Em particular desta última por sua relevância para a compreensão dos motivos que levaram o então deputado federal e ex-ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Lula, Eduardo Campos (PSB), à vitória no segundo turno. Até porque o presidente-candidato terminou por se constituir no principal “cabo eleitoral” de seu aliado frente ao candidato da situação, o governador Mendonça Filho (PFL), que tentava a reeleição, após substituir Jarbas Vasconcelos (PMDB) no cargo, em função da desincompatibilização deste para disputar a vaga no Senado.

### Antecedentes históricos

Em especial para o leitor que não está totalmente familiarizado com a política pernambucana, mas também para quem o está, será relevante, inicialmente, expor e analisar os antecedentes históricos da eleição estadual de 2006, para que se entenda melhor a dinâmica própria da eleição em Pernambuco.

De fato, as eleições de 2006 podem – ou devem – ser compreendidas como o capítulo final da disputa entre o ex-governador Miguel Arraes e o PSB – legenda que liderou, no Estado e nacionalmente, até sua morte em agosto de 2005, e função que deixou para seu neto e herdeiro político, Eduardo Campos –, de um lado, e o também ex-governador Jarbas Vasconcelos e o seu partido – o PMDB, que formou a aliança *União por Pernambuco* com o PFL, ainda nos anos de 1990 –, de outro lado. E isso a despeito do pleito para o Governo

---

\* Cientista político e sociólogo pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco – Recife, Pernambuco – BRASIL. Membro do Comitê Gestor do Observatório Social do Nordeste. É um dos autores dos livros *Democracia e Instituições Políticas Brasileiras no Final do Século XX* (1997) e *A Nova República – Visões da Redemocratização* (2006) e co-organizador de *Na Trilha do Golpe – 1964 Revisitado* (2004) e *1964 – O Golpe Passado a Limpo* (2007), dentre outros. Tem artigos publicados em revistas acadêmicas e de difusão científica. Colabora com frequência em jornais do País com artigos de opinião e entrevistas, que resultam em reportagens especiais e diárias, sobretudo acerca de partidos e eleições no Brasil e de nossa história política contemporânea.

do Estado não envolver mais diretamente os dois atores políticos citados, adversários por mais de uma década (Arraes, morto em 2005, e Jarbas, então candidato ao Senado).

Ademais, nos idos de 1980, Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos foram aliados políticos no PMDB, quando o primeiro voltou ao Brasil, após o exílio imposto pelos militares, que durou de 1964 a 1979, ano em que foi anistiado.

Embora já fosse quase um mito, de volta ao Brasil e às atividades partidárias, Arraes passou a dividir a liderança das chamadas “forças populares” no Estado com novos líderes políticos, que surgiram e ou se consolidaram quando ele estava no exílio. Dentre os quais, Marcos Freire, que se elegera para o Senado, em 1974, derrotando João Cleofas, candidato dos militares e das forças conservadoras em Pernambuco, e Jarbas Vasconcelos, ex-deputado federal e um dos principais e mais ativos adversários do regime militar no Congresso Nacional.

Logo em 1982, ocorreram as primeiras eleições diretas para governador desde que os militares a suspenderam, em 1965. Na ocasião, o senador Marcos Freire era tido como o candidato natural – e praticamente imbatível – das oposições ao Governo do Estado. Portanto, com o cenário e os atores mais ou menos definidos para a disputa majoritária, Arraes deixou de ter a chance de voltar a ocupar o Palácio do Campo das Princesas, de onde saiu no dia 1º de abril de 1964 para a prisão e o exílio. Como se verá, tal possibilidade foi adiada por quatro anos. E Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos, ambos sem mandato, foram candidatos à Câmara Federal e disputaram praticamente voto a voto a condição de mais votado em todo o Estado – posto que coube a Arraes (192 mil a 172 mil votos).

Resultado: diante da vinculação do voto – casuísmo imposto pelos militares e seus representantes no Congresso Nacional, que obrigava o eleitor a votar em candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa – e das recorrentes fraudes eleitorais no interior do Estado – amplamente denunciadas à época –, Marcos Freire perdeu as eleições para o então vice-governador Roberto Magalhães, do Partido Democrático Social (PDS), uma das principais lideranças estaduais da legenda de apoio ao regime militar.

No plano nacional, com a eleição indireta dos candidatos da Aliança Democrática, Tancredo Neves e José Sarney, em 15 de janeiro de 1985, e a posse do segundo no cargo de presidente da República, após a doença e morte do ex-governador de Minas Gerais, ficou estabelecido o retorno das eleições diretas também para as capitais, estâncias hidrominerais e municípios tidos como estratégicos para a segurança nacional. Logo, o então deputado federal Jarbas Vasconcelos apresentou-se como o candidato das “forças populares”, sendo apoiado pelos peemedebistas mais combativos – os chamados “autênticos” – e por Miguel Arraes.

Mas os “moderados” do PMDB, que controlavam a máquina partidária, tinham também seu candidato, o deputado federal Sérgio Murilo. E mais: os “moderados” decidiram reeditar, em Pernambuco, a Aliança Democrática, formada nacionalmente por PMDB e a Frente Liberal, esta constituída por dissidentes do PDS. A edição local da Aliança Democrática colocaria lado a lado lideranças das “forças populares” e a nata da direita pernambucana, que surgiu e ou se consolidou exatamente durante o regime militar. Mas Arraes, Jarbas e aliados rejeitaram duramente a aliança local PMDB/PFL.

Assim, para “driblar” a versão estadual da Aliança Democrática, Jarbas Vasconcelos deixou o PMDB, que escolheu Sérgio Murilo seu candidato a prefeito, e filiou-se ao PSB, até então inexistente no Estado – foi recriado exatamente para essa disputa. No que foi apoiado pelos peemedebistas “autênticos” e por Arraes, que não tivera, durante o exílio,

vínculos mais formais mesmo com os “autênticos”. E, após uma campanha marcada por duríssimos ataques pessoais, e bastante acirrada, Jarbas acabou por vencer a disputa municipal e elegeu-se prefeito do Recife pela primeira vez por pequena margem de votos.

Em 1986, finalmente, Miguel Arraes teve a oportunidade de disputar outra eleição para o Governo do Estado. Na ocasião, contou com amplo apoio de um PMDB mais unificado e do então prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos. O candidato do recém criado PFL foi o usineiro José Múcio Monteiro, um jovem secretário de Estado da gestão Roberto Magalhães e Gustavo Krause (1983-1987). Arraes venceu com certa facilidade e passou a governar Pernambuco pela segunda vez. Frise-se que sequer o Partido dos Trabalhadores (PT), que disputara as eleições estadual e municipal, respectivamente, em 1982 e 1985, em faixa própria, lançaria candidato em 1986. E mais: chegaria a colaborar com o Governo Arraes ocupando a Secretária de Saúde, dando, aí, início a uma relação duradoura, mas muitas vezes tumultuada, com Arraes e a legenda socialista.

Apesar de contar com o prefeito do Recife e o governador do Estado, as “forças populares”, capitaneadas pelos peemedebistas, não emplacariam o prefeito do Recife em 1988. Arraes não teve participação mais ativa na escolha do candidato – no caso, o deputado estadual Marcus Cunha, ligado pessoal e politicamente a Jarbas Vasconcelos –, deixando a indicação – e a responsabilidade por tal decisão – para o prefeito. Marcus Cunha foi derrotado pelo candidato pefelista, um ex-prefeito nomeado do Recife, Joaquim Francisco, à época deputado federal. E, como era de se esperar, pelas circunstâncias da escolha do candidato do PMDB, a derrota recaiu mais sobre Jarbas Vasconcelos do que sobre Miguel Arraes.

Entre as eleições municipais de 1988 e a disputa estadual de 1990, Arraes desligou-se definitivamente do PMDB e filiou-se ao PSB. Teve início, então, o afastamento entre Arraes e Jarbas, que logo se transformaria em rompimento velado e disputas políticas e eleitorais, muitas delas públicas e virulentas.

Com efeito, em 1990, na condição de prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos era candidato natural à sucessão de Arraes, que, por sua vez, era apontado também como candidato natural ao Senado, em dobradinha que parecia imbatível. Contudo, Arraes, já no PSB, decidiu disputar uma vaga à Câmara Federal e eleger uma bancada partidária na cauda de sua enorme votação, o que, de fato, ocorreu. E apenas apoiou Jarbas Vasconcelos formalmente, sem se envolver efetivamente com a candidatura peemedebista. Ressalte-se que, nas eleições proporcionais, no Estado e para Câmara Federal, o PSB e o PMDB não se coligaram.

Resultado: Jarbas Vasconcelos perdeu a eleição para o Governo do Estado para o então prefeito do Recife, o pefelista Joaquim Francisco, o mesmo que derrotara seu candidato, Marcus Cunha, no pleito municipal dois anos antes. Enquanto isso Arraes foi o deputado federal mais votado do País, com 339 mil votos, e contribuiu diretamente para eleger mais cinco deputados, dentre eles, quatro apenas em função do coeficiente eleitoral alcançado pela coligação encabeçada pelo PSB. Já o PMDB sofreu derrota histórica e deixou de reeleger várias de suas principais lideranças no Estado, entre eles, Cristina Tavares, Oswaldo Lima Filho, Fernando Lyra e Egídio Ferreira Lima. E também Jarbas ficaria sem mandato.

Em 1992, Jarbas Vasconcelos apresentou-se novamente como candidato a prefeito do Recife. Na ocasião, Miguel Arraes buscou, ainda que através de interlocutores, firmar uma aliança entre PSB e PMDB para montar uma chapa única. E indicou o seu neto Eduardo Campos, então um jovem de apenas 25 anos e neófito em disputas majoritárias, que já trabalhara com o próprio Jarbas, quando este foi eleito prefeito pela primeira vez, em 1985.

Mas Jarbas Vasconcelos rejeitou a indicação e inviabilizou a aliança. Assim, o então deputado estadual Eduardo Campos enfrentou Jarbas, que venceria o pleito facilmente, disputando ainda contra dois outros neófitos em eleições majoritárias: Humberto Costa (PT) e André de Paula (PFL). Este episódio selou, enfim, o afastamento definitivo de duas das principais lideranças das “forças populares” e identificadas, até então, com as esquerdas em Pernambuco.

Nesse contexto, Jarbas Vasconcelos terminou por concluir que o espaço político e eleitoral, em Pernambuco, era limitado, à esquerda, por Miguel Arraes – que tinha então o PT, ainda sem expressão eleitoral significativa, gravitando em torno dele –, e, à direita, pelo PFL. E que dificilmente haveria espaço para uma “terceira via” nos próximos anos.

Portanto, com Joaquim Francisco (PFL), prefeito, e Jarbas Vasconcelos (PMDB), governador, e Miguel Arraes disposto a tentar novo mandato ao cargo, logo começaria a germinar a aliança que ficaria conhecida por *União por Pernambuco*, formada originalmente pelo PMDB e PFL. Ironicamente, a mesma aliança rejeitada por Jarbas dez anos antes. No entanto, a aliança, patrocinada pelo deputado federal José Mendonça (PFL), que intermediou os encontros entre os dois (Joaquim Francisco e Jarbas Vasconcelos), e avalizada por Marco Maciel, Roberto Magalhães e Gustavo Krause só seria formalizada, de fato, em 1994, quando Miguel Arraes foi eleito pela terceira vez para governar Pernambuco vencendo novamente o PFL. Dessa vez, o adversário seria Krause, ex-prefeito do Recife nomeado, depois vice-governador e governador do Estado (1979-82), um político com pouca densidade eleitoral. O PMDB não lançou candidato e Jarbas apoiou o pefelista.

Dessa forma, encontrar seu espaço entre as disputas Arraes/PSB *versus* PFL, levou à união de antigos – e aparentemente antagônicos – adversários políticos. Isto é, a aliança de Jarbas Vasconcelos com o PFL mirou, sobretudo, derrotar Miguel Arraes e o PSB, naqueles anos, tido como a principal líder das “forças populares” e das esquerdas em Pernambuco.

Inicialmente, a aliança PMDB/PFL levou a chapa Roberto Magalhães (PFL) e Raul Henry (PMDB) à vitória nas eleições para a Prefeitura do Recife em 1996, quando Arraes apoiou o candidato do PPS, o então senador Roberto Freire, à época ainda seu aliado. O apoio de Jarbas Vasconcelos ao PFL seria retribuído, quando este disputou o Governo do Estado com Miguel Arraes, em 1998. E, com efeito, após uma dura campanha, Jarbas Vasconcelos acabou por derrotar Arraes com mais de 1,2 milhões votos de diferença.

Assim, o objetivo fora alcançado e faria desaparecer a bipolarização no Estado entre Arraes/PSB e PFL. E a vitória de Jarbas Vasconcelos, impedindo a reeleição de Miguel Arraes, viabilizou seu projeto político – foi eleito em 1998 e reeleito em 2002 – e das principais lideranças do PFL no Estado – por exemplo, Marco Maciel retornou ao Senado após oito anos como vice-presidente da República (1995-2002). O cargo de vice-governador ficou com o deputado federal Mendonça Filho (PFL), filho do mesmo José Mendonça que patrocinara a aliança do PFL com Jarbas.

Contudo, entre a primeira eleição de Jarbas Vasconcelos ao Governo do Estado, em 1998, e sua recondução ao cargo, em 2002, a versão municipal da *União por Pernambuco* sofreu um importante revés ao ser derrotada por João Paulo de Lima e Silva (PT), em 2000, na disputa para a Prefeitura do Recife. Finalmente, o PT deixava de apenas gravitar em torno do agora “combalido” PSB de Miguel Arraes, que ficara bastante enfraquecido após a derrota para o próprio Jarbas Vasconcelos e as inúmeras denúncias sobre o chamado “caso dos precatórios”. O episódio em tela ficou bastante conhecido em todo País ao envolver outras administrações estaduais e algumas municipais, como as dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, de São Paulo, e foi o mote da *União por Pernambuco* na campanha de 1998.

A derrota de 2000 da versão municipal da *União por Pernambuco* não deixou de atingir a aliança estadual, e a relação do candidato derrotado, Roberto Magalhães, com dois de seus principais dirigentes, Jarbas Vasconcelos e Marco Maciel, em especial porque o primeiro, além de ser o governador do Estado, assumiu e conduziu pessoalmente a coordenação política da campanha, e o segundo porque, além de vice-presidente da República, era do mesmo partido do então candidato à reeleição. Roberto Magalhães terminaria cambiando o PFL pelo PSDB.

Assim, apesar do crescimento da base partidária que lhe dava sustentação, a *União por Pernambuco*, que já incorporara o PSDB e o PPS, e o governador Jarbas Vasconcelos amargaram uma primeira e, de certa forma, inesperada derrota desde que fora formalizada, em 1994. É certo que ela estreara, naquele ano, com a derrota de Gustavo Krause (PFL) para Miguel Arraes (PSB). Mas isso era absolutamente previsível e o próprio candidato da *União por Pernambuco* teria ido para o “sacrifício”, como se avaliou à época, em troca de uma vaga no ministério do primeiro Governo FHC-Marco Maciel, o que, de fato, ocorreu, quando ele – que já fora ministro da Fazenda no Governo Itamar Franco – assumiu o Ministério do Meio-Ambiente.

Finalmente, em 2002, tendo declinado do convite para compor a chapa do aliado José Serra (PSDB) à Presidência da República, como seu vice, o governador Jarbas Vasconcelos optou por disputar a reeleição. E ganhou um segundo mandato obtendo expressiva vitória eleitoral, já no primeiro turno, assim como ocorrera quatro anos antes. Dessa vez, no entanto, ampliou ainda mais sua votação sobre o segundo colocado, o candidato do PT, Humberto Costa.

O PSDB, partido que se incorporou à aliança apenas em 2000, elegeu um senador, Sérgio Guerra, assim como o PFL, Marco Maciel, e rivalizou no número de cadeiras conquistadas nas duas casas legislativas com as demais legendas. A consequência mais imediata e visível desse resultado foi uma intensa disputa que se abriu entre os partidos da aliança, todos mais ou menos em situação de igualdade, em especial quando começaram a se definir as equipes de colaboradores no início do segundo Governo Jarbas Vasconcelos e os pré-candidatos ao pleito de 2004 à Prefeitura do Recife. Do ponto de vista político, tais fatos são absolutamente relevante para compreender parte das dificuldades que a *União por Pernambuco* e o governador tiveram para montar sua chapa majoritária visando às eleições de 2006.

### **Formação das três frentes partidárias**

Esta seção tem o objetivo de historiar e analisar os processos de formação das três principais frentes partidárias na disputa majoritária em Pernambuco. Inicialmente, tratar-se-á da *União por Pernambuco* (PMDB//PFL/PSDB/PHS/PTN/PPS), embora a origem e parte de sua história já tenham sido analisadas; em seguida, tratar-se-á da *Frente Popular de Pernambuco* (PSB/PP/PDT/PL/PSC); e, finalmente, da *Frente Melhor pra Pernambuco* (PT/PTB/PCdoB/PRB/PAN/PMN).

Participaram do pleito, ainda, a *Frente de Esquerda Poder Popular* (PSOL/PCB) e a *Frente Trabalhista Social Cristã* (PSL/PTC/PRP/PTdoB), além dos candidatos de partidos que não se coligaram: PSTU, Prona, PSDC e PCO. E o candidato do PSC, que foi impugnado com a campanha eleitoral iniciada, inclusive a propaganda no rádio e na televisão. Todos estes jamais ameaçaram do ponto de vista eleitoral às três principais frentes. Por isso só serão referenciadas mais adiante na seção em que se abordará a disputa eleitoral propriamente dita.

## *União por Pernambuco*

Segundo seus mentores, todos originalmente ligados ao PMDB e PFL, a *União por Pernambuco* era uma aliança com um projeto político-eleitoral de longo prazo. Mais precisamente: objetivava governar Pernambuco, pelo menos, por duas décadas. E, como já foi dito, foi costurada entre 1992 e 1994, quando disputou sua primeira eleição. Após as vitórias de Roberto Magalhães, no Recife, em 1996, e de Jarbas Vasconcelos, no Estado, em 1998, a aliança cresceu e incorporou diversos partidos, entre eles, PSDB e PPS. Sua trajetória e os resultados alcançados já foram expostos. Portanto, aqui, serão abordados apenas aspectos relacionados ao segundo mandato de Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho e os processos de escolha de seus candidatos majoritários para 2006.

Logo no início do segundo mandato de Jarbas e Mendonça Filho, em 2003, a *União por Pernambuco* começou a sofrer importantes defecções e a vivenciar uma série de embates internos em função da proximidade das eleições para a Prefeitura do Recife, em 2004, e a própria sucessão do governador, em 2006.

Por exemplo, entre janeiro e março daquele ano, a *União por Pernambuco* perdeu seis de seus deputados federais e, conseqüentemente, os estaduais, prefeitos e vereadores a eles ligados. Dos seis, dois eram do PMDB, partido do governador (Armando Monteiro Neto e José Chaves); três, do PSDB, partido do senador Sérgio Guerra (Roberto Magalhães, José Múcio Monteiro e Luiz Piauhyllino); e um, do PFL (Joaquim Francisco). O PMDB, na verdade, perderia mais um, o ex-ministro da Reforma Agrária nos dois governos FHC-Maciel, Raul Jungmann, que voltou ao PPS, já aliado do governador Jarbas Vasconcelos. Para que se tenha uma idéia do que isso significou, basta dizer que o PMDB ficou com apenas um deputado federal, exatamente Carlos Eduardo Cadoca, ligado pessoal e politicamente ao governador, que seria derrotado na disputa para a Prefeitura do Recife, em 2004, quando João Paulo (PT) foi reeleito ainda no primeiro turno com relativa facilidade.

A princípio, os dissidentes constituíram um grupo independente, chamado de GI. Mas logo migraram para o PTB e passaram a compor a base de sustentação do Governo Lula na Câmara Federal, o que escancara a influência do Governo Federal sobre a política estadual. A perda de antigos aliados, política e eleitoralmente bastante expressivos, acompanhados de seus correligionários, criariam inúmeras dificuldades, políticas e administrativas, para o governador e a *União por Pernambuco*, sobretudo para as disputas de 2004 e 2006.

Em 2004, por exemplo, tanto as bases quanto a direção da *União por Pernambuco* se dividiram entre as candidaturas do deputado estadual Raul Henry e do deputado federal Carlos Eduardo Cadoca, ambos peemedebistas e ligados ao governador. Acontece que os dois pleiteavam a indicação do PMDB e da aliança para concorrer à Prefeitura do Recife. Além disso, o PSDB também reivindicava a indicação de seu presidente estadual, o senador Sérgio Guerra. A falta de consenso e os problemas daí decorrentes, sobretudo durante a campanha de Cadoca, gerariam muitos problemas e enfraqueceria sua candidatura.

Novamente derrotado no pleito para o Recife, Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho fizeram um segundo mandato em posição bastante incômoda: comprimido, de um lado, por uma gestão petista na Prefeitura do Recife, e, de outro, pelo Governo Lula, que sucedeu os aliados FHC-Marco Maciel, do qual passou a ser dependente para dispor dos recursos necessários às obras em andamento no Estado, muitas delas relacionadas ao Porto de Suape.

Por outro lado, Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho tiveram, igualmente, enormes dificuldades políticas. De fato, diferentemente das disputas enfrentadas até então pela *União por Pernambuco* desde que fora formalizada, quando tinha basicamente um adversário a superar – Miguel Arraes e o PSB ou o PT, mas nunca os dois simultaneamente –, a aliança em torno do governador Jarbas Vasconcelos e do senador Marco Maciel passou a ter diante de si o PT fortalecido com as conquistas locais e a eleição de Lula, além da nomeação de Humberto Costa, seu adversário em 2002, para o Ministério da Saúde.

Acontece que o PSB também se revigorou após a exclusão do ex-governador Miguel Arraes e de seu ex-secretário da Fazenda Estadual, exatamente Eduardo Campos, no chamado “caso dos precatórios”. Este fora, afinal, o principal mote usado na campanha da *União por Pernambuco* contra a reeleição do então governador Miguel Arraes, em 1998. Por isso, o PSB tratou a questão de forma política, isto é, propagando que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de excluir os dois do referido processo significava a inocência de ambos.

Quanto à disputa interna para a definição dos candidatos majoritários para 2006, o único consenso na *União por Pernambuco* era a candidatura do ex-governador Jarbas Vasconcelos ao Senado. Já a candidatura à reeleição do agora governador Mendonça Filho era questionada de várias formas e por diversas lideranças. E há bastante tempo.

Apesar de ter sido escolhido e eleito por duas vezes vice-governador de Jarbas Vasconcelos, a postulação de Mendonça Filho foi contestada até mesmo no interior do PFL. De fato, durante muito tempo, por exemplo, o deputado federal Inocêncio de Oliveira pleiteou concorrer à sucessão de Jarbas em nome da *União por Pernambuco*, além do senador José Jorge, que também postulava a indicação. Como não encontrou apoio em seu partido, Inocêncio Oliveira migrou para o PMDB anunciando, no entanto, que continuava desejando ser o candidato. Em vão. O máximo que conseguiu conquistar – o que, todavia, não foi pouco – foi a indicação do PMDB para ocupar a cobiçada 1ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara Federal. Finalmente, dizendo-se desprestigiado em Pernambuco, Inocêncio Oliveira deixou a *União por Pernambuco* e migrou para o PL, partido que passou a comandar no Estado. Assim, aderiu à base de apoio do Governo Lula e garantiu a manutenção de seu prestígio junto às suas bases no interior do Estado. Já José Jorge, como se verá mais adiante, tornar-se-ia candidato à vice-presidente da República ao lado do tucano Geraldo Alckmin.

Mas a pré-candidatura de Mendonça Filho enfrentaria a resistência ainda mais duradoura do senador Sérgio Guerra. O presidente estadual do PSDB reivindicou a indicação até a última hora. Com isso, contribuiu para desgastar a pré-candidatura de Mendonça Filho pelo longo tempo que a *União por Pernambuco* levou para decidir o nome de seu candidato. Conhecido por ter um temperamento difícil, e de ser muitas vezes desagregador, não era a primeira vez que o senador pleiteava entrar em uma disputa majoritária. Em 2000, por exemplo, conseguiu ser candidato ao cargo de vice-prefeito do Recife na chapa encabeçada por Roberto Magalhães (então PFL), que disputava a reeleição, em detrimento do peemedebista Raul Henry, que fora eleito para o cargo quatro anos antes na chapa do pefelista.

Na verdade, embora enfrentasse resistências no interior da própria coligação, a candidatura de Mendonça Filho à sucessão de Jarbas Vasconcelos – ou a sua candidatura à reeleição, já que ocupou o cargo após a saída do titular – havia sido selada no acordo que deu origem à própria aliança PMDB/PFL. De fato, fazer de Mendonça Filho o sucessor natural de Jarbas Vasconcelos fez parte das negociações que viabilizaram a aliança. Assim, coube ao PSDB

(leia-se: Sérgio Guerra), enfim, indicar o candidato a vice-governador, um quadro técnico do partido, Evandro Avelar, que pouco agregaria à candidatura da *União por Pernambuco*.

### ***Frente Popular de Pernambuco***

Como já foi ressaltado, a partir de 2003, Arraes e Eduardo Campos, bem como o PSB, passaram a ter momentos mais favoráveis, sobretudo se comparados com o período entre 1998 e 2002. Nunca é demais lembrar que, em 1998, Miguel Arraes sofrera uma grande derrota para Jarbas Vasconcelos, fato que esvaziou o PSB, até então um dos partidos mais fortes no Estado. Com a derrota, os “adesistas” abandonaram a legenda e migraram para os partidos que já integravam a *União por Pernambuco*, ou simplesmente levaram seus respectivos partidos para a aliança governista. Muitos “socialistas”, entre eles o próprio Sérgio Guerra, reforçaram, por exemplo, o PSDB. E mais: no vácuo aberto com as derrotas e as denúncias envolvendo os socialistas, o PT e suas lideranças fortaleceram-se junto ao eleitor do PSB e de Arraes, historicamente situados mais à esquerda, deixando de apenas gravitar em torno deles. O PT passou mesmo a ter, pode-se dizer assim, certa luz própria, que seria bastante ampliada a partir da vitória nacional de Lula em 2002.

Mas, entre 2002 e 2005, alguns fatos marcariam o retorno de Arraes e Eduardo Campos ao centro da política estadual e nacional. Ambos foram excluídos pelo STF do processo originado no “caso dos precatórios”. Lula foi eleito presidente e manteve a estreita e histórica relação que já possuía com Arraes, então presidente nacional do PSB. E, após ser eleito para a liderança do PSB na Câmara Federal, Eduardo Campos passou a ter importante função no interior da bancada governista, e logo seria nomeado ministro de Ciência e Tecnologia do Governo Lula, cargo em que se destacou. Daí em diante, passou a gozar de mais prestígio junto ao próprio presidente, que nunca escondeu sua admiração pela atuação do socialista na Câmara e por seu desempenho no Ministério.

Assim, Arraes e Eduardo Campos – este o candidato natural do partido para a disputa pelo Governo do Estado – recuperaram parcela do prestígio perdido nos últimos anos e começaram a reorganizar o partido no Estado. E com a morte do ex-governador Miguel Arraes, em 13 de agosto de 2005, coube a Eduardo Campos, seu neto e agora herdeiro político, a tarefa de comandar o PSB também no plano nacional, tarefa que já cumpria na esfera estadual há algum tempo. E que lhe será benéfica na relação com o presidente Lula.

Além disso, o internamento hospitalar de Miguel Arraes, para tratar da doença que o levaria à morte, coincidiu exatamente com as primeiras denúncias do deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson, integrante da base aliada do Governo Lula, sobre a existência de esquema de pagamentos a deputados federais em troca de apoio às votações de interesse do Executivo. O caso ficou conhecido nacionalmente como o escândalo do “mensalão” e gerou duas CPIs – uma, na Câmara; outra, mista (Câmara e Senado). As CPIs passaram meses apurando as denúncias e ocupando praticamente quase todo o noticiário político do País, causando significativo estrago ao PT e suas lideranças nacionais. E, como não poderia deixar de ser, atingiria também lideranças petistas estaduais e o prestígio da própria legenda em algumas unidades da Federação.

Em Pernambuco, como se verá adiante, quando for abordada a *Frente Melhor pra Pernambuco*, não foi tanto o escândalo do “mensalão” que feriu, por assim dizer, a candidatura do partido ao Governo do Estado, mas outros: dos “vampiros” e dos “sanguessugas”. Ou o somatório de todos eles. De toda forma, aqui, é relevante destacar que as denúncias e os diversos escândalos envolvendo o PT, e algumas de suas lideranças estaduais, também contribuiriam para a cristalização da candidatura de Eduardo Campos a governador de Pernambuco no campo das oposições que integravam a base “lulista”.

O PSB conseguiria ainda o importante apoio do PDT e do PL (leia-se: Inocêncio Oliveira). No caso do PL, sobretudo, porque Inocêncio Oliveira tem significativa penetração em municípios do Agreste e Sertão do Estado e terminaria por atrair para a *Frente Popular de Pernambuco* parte dos votos até então despejados na *União por Pernambuco*. Já o PDT indicou o candidato a vice-governador, o ex-prefeito de Caruaru, João Lyra Neto, político com base eleitoral naquele importante município do Agreste pernambucano. E a indicação para a disputa da vaga no Senado ficou com o ex-vice-governador do Estado, no terceiro Governo Arraes (1995-1998), Jorge Gomes, do PSB.

### ***Frente Melhor pra Pernambuco***

Em 2002, Humberto Costa obteve em torno de 30% dos votos válidos na disputa para o Governo do Estado. Em 2006, com os altos índices de popularidade do presidente Lula, aliado ao fato de o presidente-candidato disputar a reeleição como favorito e de Humberto Costa ter participado de seu Governo, fazia dele (Humberto Costa) candidato natural do PT à eleição majoritária estadual.

Humberto Costa já disputara, sem sucesso, três eleições majoritárias: prefeito do Recife (1992), senador (1998) e governador (2002). E abriu mão de disputar pelo menos mais uma: a eleição para prefeito do Recife, que viria a ser ganha por seu companheiro de partido, João Paulo, em 2000. Em 2002, o prefeito do Recife, João Paulo, foi duramente criticado por alguns petistas por não ter, na visão deles, participado ativamente da campanha eleitoral de Humberto Costa, sobretudo no interior do Estado. Já seus colaboradores mais próximos sempre reclamaram que a participação do prefeito nunca foi bem recebida pelos militantes e líderes da tendência interna do PT “Unidade na Luta”, dirigida exatamente por Humberto Costa.

Outro motivo para críticas recorrentes ao prefeito João Paulo se dava em função da relação, considerada muito amistosa, que ele mantinha com o governador Jarbas Vasconcelos. A crítica vinha tanto do interior do PT como do PSB, e de suas lideranças. De certa forma, João Paulo, que iniciou militando entre operários católicos, tem procurado manter-se distante das tendências e jamais assumiu pertencer a qualquer uma delas. E, em 2005 e 2006, ainda no período pré-eleitoral, o prefeito do Recife “arriscou”, pela primeira vez, alguns passos visando à disputa majoritária para governador. Chegou a afirmar, em várias ocasiões, que se recebesse um chamado ou uma missão do presidente Lula, ou se o presidente dele precisasse, estaria pronto para a disputar.

Na ocasião, João Paulo participou de diversos eventos do Governo Federal em Pernambuco, inclusive no interior do Estado, em que quase sempre se mostrava mais à vontade do que o pré-candidato do partido, Humberto Costa. Levou algum tempo até o prefeito do Recife contentar-se com a coordenação estadual da campanha do presidente Lula em Pernambuco, função que dividiu com o então prefeito de Petrolina, Fernando Bezerra Coelho (PSB). Só então Humberto Costa caminhou mais tranquilo para ser o candidato petista ao Governo do Estado.

Após muitas negociações, o PT conseguiu atrair para a *Frente Melhor pra Pernambuco* o apoio do deputado federal e presidente da poderosa Confederação Nacional da Indústria (CNI), o petebista Armando Monteiro Neto. Acontece que, assim como Eduardo Campos e Humberto Costa, Armando Monteiro Neto integrava a base de apoio do Governo Lula. Com isso, durante o período pré-eleitoral, todos tentariam consolidar suas respectivas candidaturas com o apoio do presidente Lula. Na pior das hipóteses, dada a popularidade

do presidente em Pernambuco, contavam com o distanciamento dele em relação às três candidaturas, apesar de Humberto Costa ser do PT.

Ao desistir da candidatura própria, coube a Armando Monteiro Neto indicar um nome do PTB para compor a chapa majoritária, o deputado estadual Augusto César. Já o candidato a senador pela *Frente Melhor para Pernambuco* seria o vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, de um partido historicamente aliado do PT em Pernambuco, o PCdoB.

### **Período pré-eleitoral, a campanha e os principais resultados do primeiro turno**

Antes de tratar especificamente da campanha eleitoral, é importante destacar que durante os seus dois mandatos (1999-2002 e 2003-2006) o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) foi bastante bem avaliado pela população. Tal fato é relevante na medida em que era apontado nas pesquisas de opinião como o principal “cabo eleitoral” da candidatura de Mendonça Filho (PFL). E também porque Mendonça Filho, além de herdar o cargo de governador, era o candidato da *União por Pernambuco* à reeleição.

De fato, o Instituto de Pesquisa Vox Populi em dezembro de 2005 indicava que 41% dos eleitores tendiam a escolher um candidato a governador que fosse apoiado por Jarbas Vasconcelos. E que 51% dos eleitores pernambucanos desejavam a continuidade administrativa<sup>1</sup>. E Jarbas, que seria candidato ao Senado na chapa majoritária da *União por Pernambuco*, jamais deixou de assumir tal papel. Por outro lado, dados do Instituto de Pesquisa Datafolha apontavam que o governador encerrou o seu primeiro mandato com o maior índice de aprovação entre os todos os governadores pesquisados. E que ocupava a mesma posição às vésperas de deixar o cargo para disputar a vaga no Senado<sup>2</sup>.

Mas, é igualmente relevante destacar que, em dezembro de 2005, o quadro eleitoral no Estado ainda estava indefinido. Com efeito, a mesma pesquisa Vox Populi indicava que 75% dos eleitores pernambucanos ainda não tinham escolhido espontaneamente um candidato ao Governo do Estado. E que, estimulado a apontar um dos nomes apresentados pelos entrevistadores, o resultado da consulta mostrava empate técnico entre Humberto Costa (PT, 17%), Mendonça Filho (PFL, 16%), Eduardo Campos (PSB, 14%), João Paulo (PT, 13%), Armando Monteiro Neto (PTB, 9%), pois a margem de erro era de 3,5% para mais ou para menos<sup>3</sup>. Note-se que o nome do prefeito do Recife, o petista João Paulo, aparecia entre os pré-candidatos, pois o partido ainda não havia se definido formalmente por Humberto Costa. O mesmo ocorria em relação a Armando Monteiro Neto, que só anunciou a retirada de sua candidatura em 12/6/2006, praticamente às vésperas das convenções partidárias<sup>4</sup>.

Entre as razões para tanta indefinição do eleitorado, é bastante plausível, além da distância entre a pesquisa e o pleito, o fato da eleição de 2006 ser a primeira em que não concorreria um nome “de peso” ou histórico da política pernambucana, mas, sim, políticos de uma nova geração, todos, pelo menos os principais, entre 40 e 48 anos. Em Pernambuco, afirma-se que não havia nenhum candidato “arrasa quarteirão”, isto é, um “campeão de votos”. Ainda nesse sentido, é bom lembrar que, desde o retorno das eleições diretas em todos os níveis, jamais um candidato a governador, que não tenha sido antes prefeito do Recife, foi eleito para ocupar o Palácio do Campo das Princesas, sede do Executivo estadual. Dessa vez, nenhum dos três favoritos jamais fora prefeito do Recife.

<sup>1</sup> Cf. *Jornal do Commercio*, 6/12/2005, Política, p. 6.

<sup>2</sup> Para a série completa e a metodologia empregada, cf. [http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval\\_index.shtml](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_index.shtml) (página acessada em 3/3/2007).

<sup>3</sup> Cf. *Jornal do Commercio*, 4/12/2005, Política, p. 10.

<sup>4</sup> Cf. <http://multimidia.terra.com.br/jornaldoterra/eleicoes2006/interna/0,,OI72710-EI5767,00.html> (página acessada em 21/1/2007).

Mas, a primeira pesquisa Vox Populi mostrava também que o potencial candidato do PT, Humberto Costa, partia na frente em todos os cenários em que era incluído, qualquer que fossem seus adversários, desde que ele fosse o único do PT. Isso ocorria nas respostas estimuladas. Por exemplo, venceria se os postulantes fossem Humberto Costa, Mendonça Filho, Eduardo Campos e Armando Monteiro Neto (24% x 20% x 17% x 10%). Da mesma forma, se fossem Humberto Costa, Eduardo Campos, Sérgio Guerra e Armando Monteiro Neto (27% x 19% x 15% x 11%). Ou, ainda, Humberto Costa; Eduardo Campos, Armando Monteiro e Inocêncio Oliveira (30% x 19 x 12% x 7%).

Nos cenários acima, observe-se que o deputado federal Armando Monteiro Neto oscilava entre 10 e 12%, situação que permaneceria praticamente a mesma até a sua desistência em junho de 2006 em favor de Humberto Costa. E que aparecem, em alguns cenários, nomes importantes, mas que não disputariam as eleições (Sérgio Guerra e Inocêncio Oliveira).

Já nos demais cenários criados pela Vox Populi, excluindo a participação de Humberto Costa, a pesquisa mostra que haveria empate entre Mendonça Filho e João Paulo, no primeiro cenário, e entre Eduardo Campos e João Paulo, nos segundo e terceiro.<sup>5</sup>

Como se vê, segundo o levantamento do Vox Populi, Humberto Costa partia na frente não só na disputa entre os pré-candidatos que se colocavam no campo “lulista”, ou seja, dos que integravam a base do Governo Lula, como também diante do principal pré-candidato da *União por Pernambuco*, o ainda vice-governador Mendonça Filho. Certamente, Humberto Costa era favorecido pelo fenômeno que se convencionou chamar de *recall*, já que vinha de sucessivas disputas majoritárias no Estado, inclusive a última para governador. E mais: tinha sido ministro da Saúde do Governo Lula entre janeiro de 2003 e julho de 2005, quando foi exonerado para ser o candidato petista ao governo de Pernambuco.

Mas, pelo menos quanto ao último passo, Eduardo Campos se igualava a Humberto Costa, já que também fora ministro da Ciência e Tecnologia, entre janeiro de 2004 e julho de 2005, quando deixou o cargo para ser o candidato do PSB.

Tal situação levou o presidente Lula a apelar insistentemente e publicamente, durante todo o período de pré-campanha, o que incluía a postulação de Armando Monteiro Neto, e após a definição das duas candidaturas – Humberto Costa e Eduardo Campos –, para que a relação entre eles no primeiro turno fosse de aliados. Os objetivos eram óbvios: a disputa nacional – ambos apoiavam o presidente-candidato Lula – e o segundo turno estadual, pois, só assim, aquele que o alcançasse poderia contar com o apoio do oponente derrotado. Além disso, o presidente assegurava que qualquer que fosse o vencedor da disputa interna na base “lulista”, o vencedor contaria com seu integral apoio no segundo turno. E foi o que ocorreu.

Ainda durante a pré-campanha, o desempenho dos postulantes junto aos eleitores sofreu significativas alterações. Por um lado, Mendonça Filho ia consolidando seu nome, sobretudo após março de 2006, quando assumiu em definitivo o Governo do Estado substituindo Jarbas Vasconcelos. A titularidade do cargo lhe garantiu mais visibilidade e deu novo fôlego à sua condição de candidato (quase) natural da *União por Pernambuco*. Por outro lado, as denúncias e as apurações contra a gestão de Humberto Costa à frente do Ministério da Saúde cresciam no mesmo ritmo e ganhavam as manchetes e os noticiários nacionais e locais.

---

<sup>5</sup> Para os dados completos e a metodologia, Cf *Jornal do Commercio*, 5/12/2005, Política, p. 3.

Sobre tais denúncias e investigações deve-se lembrar o seguinte: o caso que atingiu o ex-ministro mais fortemente ficou conhecido como escândalo dos “vampiros”. E veio à tona a partir de investigações que mostravam a existência de um esquema de pagamento de propinas e compras superfaturadas de medicamentos para tratamento de hemofilia e diabetes no Ministério da Saúde. Por sua vez, a defesa de Humberto Costa procurava mostrar que o próprio ministro teria identificado a fraude e solicitado investigação, e que o esquema já existia antes mesmo dele ser nomeado para o cargo. De toda forma, alguns de seus mais próximos assessores, todos nomeados após a sua ida para a pasta da Saúde, estariam envolvidos no escândalo. Em contrapartida, Eduardo Campos não tinha contra ele qualquer denúncia relativa à sua gestão à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo menos por ora.

Resultado: as pesquisas do Vox Populi de abril, dois meses antes, portanto, das convenções partidárias, e de julho, um mês depois das convenções, mostravam crescimento acentuado de Mendonça Filho, que passava a liderar (29%, em abril, e 35%, em julho), com Humberto Costa (21%, em abril, e 22%, em julho) e Eduardo Campos (23%, em abril, e 21%, em julho) empatados em segundo lugar. A tendência em torno da candidatura de Mendonça Filho podia ser confirmada com os levantamentos realizados em agosto e setembro pelo Vox Populi, o mesmo correndo em relação à alternância no segundo lugar entre os dois candidatos “lulistas”, sempre tecnicamente empatados<sup>6</sup>.

Identificado pela *União Por Pernambuco* como o adversário principal a ser batido, já no início da campanha no rádio e na televisão, Humberto Costa sofreu as críticas e os ataques mais duros de todo o processo eleitoral. Sobretudo no rádio e nos lugares públicos em que era veiculado um *jingle*, criado a partir de música bastante conhecida de uma banda brega muito popular, que o chama de “vampiro” e “sanguessuga”. A introdução do termo “sanguessuga” ocorria em função das denúncias e investigações mais recentes sobre desvio de dinheiro público para a compra de ambulância destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), também do Ministério da Saúde. O novo escândalo veio à tona em maio de 2006, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Sanguessuga. Como a Controladoria Geral da União havia notificado o então ministro da Saúde, Humberto Costa, em novembro de 2004, sobre o caso, a *União por Pernambuco* logo tratou de relacionar o petista com os dois escândalos – o dos “vampiros” e o dos “sanguessugas”. Até o final do primeiro turno esta foi a tônica da campanha da *União por Pernambuco*. Apenas em segundo plano, Eduardo Campos era lembrado como o secretário da Fazenda do Governo Arraes (1995-1998), que fora responsável pela emissão e uso indevidos de precatórios, enquanto o próprio governador também era alvo de críticas implícitas e era caracterizado, sobretudo, como “atrasado” e “perdulário”.

Mas a *União por Pernambuco* tinha outras razões para tentar “atropelar” a candidatura de Humberto Costa. É importante lembrar que, ao longo de 2006, o Governo Lula e o próprio presidente – candidato à reeleição e do mesmo partido de Humberto Costa – recuperavam prestígio e popularidade, em especial a partir de julho. E isso após um ano muito difícil, quando o governo e o PT foram alvos de denúncias e investigações amplas e diversas. Em agosto, por exemplo, o Datafolha apontava um índice de aprovação do Governo Lula de 52% para ótimo/bom e 31% para regular. Tais patamares forma mantidos dentro da margem de erro das pesquisas ao longo de toda a campanha eleitoral, o que, possivelmente,

---

<sup>6</sup> Para os dados completos das pesquisas citadas e a metodologia empregada em cada uma delas, Cf. <http://www.voxpopuli.com.br/eleicao2006.html> (página acessada em 14/2/2007).

foi levado em consideração pela *União por Pernambuco* para direcionar ainda mais suas críticas e ataques à candidatura do petista<sup>7</sup>.

E mais: durante toda a campanha eleitoral oficial, ou seja, após as convenções de junho, no plano nacional, o presidente-candidato Lula sempre manteve a dianteira nos diversos levantamentos realizados pelos institutos de pesquisas, e com chances reais de vencer o tucano Geraldo Alckmin ainda no primeiro turno<sup>8</sup>. E, em Pernambuco, Lula jamais deixou de ter pelo menos 60% da intenção dos votos válidos na disputa do primeiro turno<sup>9</sup>.

O candidato-presidente Lula participou ativamente da campanha em Pernambuco, que também foi um dos estados mais visitados durante todo o seu primeiro mandato. Entre 2003 e 2006, como já se chamou a atenção aqui, o presidente anunciou grandes obras e investimentos para o Estado. Tais anúncios foram feitos em solo pernambucano, quer na Região Metropolitana, quer no interior, sempre na presença dos governadores Jarbas Vasconcelos ou Mendonça Filho, mas igualmente de seus aliados, agora candidatos, presentes ao palanque como ministros ou simplesmente convidados. Durante a campanha, todas as três principais frentes partidárias tentaram capitalizar tais obras e investimentos. A vantagem, no entanto, esteve com os candidatos da base “lulista”, em especial Humberto Costa. Mas não só ele. De fato, tanto o petista quanto o socialista contaram com a presença do presidente-candidato em seus programas eleitorais e estavam juntos no palanque de Lula, quando este realizou seus próprios comícios no interior do Estado ou participou de passeatas pelas ruas da capital. Frise-se que – isso já era consensual à época – o programa federal Bolsa Família tinha grande impacto sobre as famílias e economia do Nordeste. E sua importância e alcance não eram desprezados pela base “lulista”. Nem por seus adversários, é claro.

Por sua vez, a *União por Pernambuco* praticamente omitia maior vinculação da aliança estadual e ou de seus candidatos com a candidatura de Geraldo Alckmin, adversário de Lula. E isso a despeito do candidato a vice-presidente da República na chapa PSDB-PFL ser o então senador José Jorge, do mesmo partido de Mendonça Filho, e do coordenador nacional da campanha ser o também senador Sérgio Guerra, do mesmo partido de Alckmin. E de ambos – José Jorge e Sérgio Guerra – serem pernambucanos. Pelo contrário. No início da campanha no rádio e na televisão, o presidente Lula esteve mais presente nas propagandas de rádio e televisão da *União por Pernambuco* do que Geraldo Alckmin. Só após a intervenção do Tribunal Regional Eleitoral, de Pernambuco (TRE-PE), foi que a utilização da imagem do presidente-candidato ficou restrita às frentes *Melhor por Pernambuco* e *Popular de Pernambuco*, sobretudo na propaganda da primeira, encabeçada pelo PT.

Enquanto no rádio a propaganda eleitoral era bastante dura e agressiva, e algumas vezes virulenta, com ataques de parte a parte, mas com predominância do *jingle* da *União por Pernambuco* que se referia a “vampiro” e “sanguessugas”, na televisão a campanha era mais elaborada. Tanto tecnicamente quanto em termos de conteúdo. E, pode-se dizer que, em 2006, pelo menos na propaganda eleitoral veiculada na televisão, foi mais propositiva. Não faltaram os ataques, mas estes foram feitos, de modo geral, a partir dos vários debates

---

<sup>7</sup> Para uma série histórica e a metodologia empregada nos respectivos levantamentos, Cf [http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=362](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=362) (página acessada em 12/2/2007).

<sup>8</sup> Cf. <http://www.duplipensar.net/dossies/eleicoes-2006/resultado-pesquisa-presidente-republica-brasil.html>, que inclui séries de pesquisas feitas pelo Datafolha, Vox Populi e Ibope, e suas respectivas metodologias (página acessada em 12/2/2007).

<sup>9</sup> Para acessar os resultados de levantamentos de diversos institutos de pesquisas sobre a intenção de voto para presidente da República em Pernambuco e as metodologias empregadas, Cf. [http://jc.uol.com.br/especiais/eleicoes2006/2006/10/28/not\\_1576.php](http://jc.uol.com.br/especiais/eleicoes2006/2006/10/28/not_1576.php) (página acessada em 12/2/2007).

que ocorreram nas emissoras locais. E foram muitos. Todos com a participação dos principais candidatos, pois, apesar de pular na frente desde o início da campanha oficial, o governador-candidato Mendonça Filho jamais deixou de ir aos debates. O que, é claro, também tem sua explicação: enfrentando dois fortes candidatos, ambos ligados ao presidente-candidato Lula, talvez a única alternativa de vitória vislumbrada pela *União por Pernambuco*, seus líderes e marqueteiros fosse derrotá-los já no primeiro turno. Para tanto, seria necessário ir para o confronto desde o início da campanha. E em todas as frentes.

De toda forma, a participação do governador-candidato nos debates fez com que ele fosse o alvo óbvio dos opositores: do candidato do PSOL, Edílson Silva, até o candidato do Prona, Clóvis Corrêa, passando, evidentemente, pelos candidatos da base “lulista”, Humberto Costa e Eduardo Campos. E, desde o primeiro debate, logo ficou evidenciada a sólida aliança entre os dois últimos, que se pouparam e se ajudaram. Além disso, o governador-candidato perdeu muito tempo e energia tentando responder às críticas e aos ataques dos candidatos de pequenas legendas, como o PSOL e o Prona, que, cada um com objetivos específicos, aproveitavam o espaço privilegiado dos debates para o atingir. E foram muitas as ocasiões em que temas levados e ou críticas feitas durante os debates repercutiram na propaganda das frentes *Melhor pra Pernambuco* e *Popular de Pernambuco* (abandono de uma quadra esportiva e de escolas; baixos salários de policiais militares e civis; alto valor da conta de energia cobrada por ex-estatal, privatizada exatamente na gestão Jarbas-Mendonça Filho; denúncia de que o pai de Mendonça Filho, José Mendonça, tinha contraído dívidas com o BNB através de empresa inativa ou “fantasma”). E os ataques contra o governador-candidato eram feitos sem que o PSOL e o Prona aparecessem necessariamente como partidos “laranjas” dos principais adversários da *União por Pernambuco*.

Mas, como já foi apontado, Humberto Costa e Eduardo Campos disputaram a preferência do eleitorado no primeiro turno, o que era acompanhado a cada nova pesquisa, enquanto Mendonça Filho disparava<sup>10</sup>. Entretanto, no dia 25/9/2006, quando faltava apenas uma semana para o primeiro turno, o candidato petista, que um mês antes, em plena campanha, já fora indiciado pela Polícia Federal, seria também denunciado formalmente pelo Ministério Público Federal, em Brasília, por seu envolvimento no escândalo dos “vampiros”<sup>11</sup>.

Portanto, é bastante razoável admitir a hipótese de que, na reta final de uma disputa bastante parelha, o petista Humberto Costa foi superado pelo socialista Eduardo Campos, em larga escala, como conseqüência dos dois episódios acima referidos. Mas, sobretudo, em função da denúncia do Ministério Público Federal, que foi oferecida muito próximo à eleição, uma semana antes, quando já não havia tempo hábil para explicar ou responder qualquer coisa. E mais: as manchetes e os noticiários nacionais e locais funcionaram como suporte da propaganda eleitoral da *União por Pernambuco*. Por exemplo, a principal manchete da capa do *Diário de Pernambuco* em sua edição de 26/9/2006 foi “Humberto Costa é denunciado” e a do *Jornal do Commercio*, do mesmo dia, “Ministério Público denuncia Humberto”.

---

<sup>10</sup> Manchetes do *Diário de Pernambuco* com os resultados dos últimos levantamentos realizados pelo Instituto de Pesquisas dos Diários Associados dão uma idéia bem precisa da dinâmica da disputa. “Mendonça Filho, 36%. Humberto Costa, 17%. Eduardo Campos, 16%. Placar para governador fica inalterado” (3/9/2006, Política, p. A8); “Mendonça Filho, 38%. Eduardo Campos, 21%. Humberto Costa, 18%. Mendonça segue líder e Eduardo reage” (17/9/2006, Política, p. A8); e “Mendonça Filho, 41%. Eduardo Campos, 35%. Humberto Costa, 20%. Eleição polarizada entre Mendonça e Eduardo” (1/9/2006, Política, p. A8).

<sup>11</sup> Para o indiciamento da Polícia Federal, Cf. <http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1254617-6282,00.html> (acessada em 12/2/2007); para a denúncia do Ministério Público Federal, Cf. *Jornal do Commercio*, 26/9/2006, Política, p. 3.

Assim, o resultado final para governador no primeiro turno (ANEXO I) colocou no segundo turno o governador-candidato Mendonça Filho, que obteve 39,318% dos votos válidos, e o socialista Eduardo Campos, que surpreendeu ao alcançar 33,810%. Já Humberto Costa ficou com 25,137%<sup>12</sup>.

Embora não tenha obtido o percentual apontado em todos os prognósticos e as pesquisas de intenção de voto, o ex-governador Jarbas Vasconcelos acabaria por vencer folgadoamente a disputa pela vaga no Senado contra seus principais adversários, Luciano Siqueira e Jorge Gomes: 56,135% x 23,103% x 20,000% (ANEXO IV).

Já o presidente-candidato Lula venceu a disputa em Pernambuco com significativos 70,933% dos votos válidos contra apenas 22,859% dados a Geraldo Alckmin (ANEXO III).

Os percentuais alcançados pelos dois principais “cabos eleitorais” das eleições de 2006, Lula e Jarbas, mostraram a força de ambos, mas, particularmente, o enorme apelo eleitoral do primeiro. E sua presença no segundo turno, em Pernambuco, certamente, faria muita diferença.

Quanto aos proporcionais é importante destacar a força de alguns candidatos da *Frente Popular de Pernambuco* à Câmara Federal. Com efeito, Inocêncio Oliveira foi o mais votado em 27 dos 184 municípios do Estado: 14 no Sertão, 10 no Agreste e três na Zona da Mata. O segundo maior vencedor em número de municípios foi Armando Monteiro Neto, que venceu em 14: três no Sertão, oito no Agreste e três na Zona da Mata. E o quarto, o também petebista José Múcio Monteiro, que foi o mais votado em 13 municípios: um na RMR, um no Sertão, seis no Agreste e cinco na Zona da Mata. Todos aliados dos candidatos da base “lulista” em Pernambuco<sup>13</sup>.

Os resultados acima fizeram dos deputados federais Armando Monteiro Neto (205 mil votos) e Inocêncio Oliveira (180 mil) os campeões do voto na eleição para a Câmara Federal. Em seguida, veio Ana Arraes (PSB), neófita em disputas eleitorais mas filha do ex-governador Miguel Arraes e mãe de Eduardo Campos (178 mil).

Para a Assembléia Legislativa, o Pastor Cleiton Collins (PSC), que havia recebido pouco mais de 41 mil votos em 2002, foi o mais votado, com 90 mil votos. Em segundo ficou Miriam Lacerda (PFL), esposa do atual prefeito de Caruaru, Tony Gel, com mais de 67 mil votos. Ambos da *União por Pernambuco*. E o terceiro mais votado foi o candidato preferencial do prefeito do Recife, o também neófito João da Costa (PT), com mais de 64 mil votos, o que o credencia, desde já, a disputar a indicação do PT para sucedê-lo, em 2008.

A renovação da bancada federal foi de mais de 40%. Com 25 deputados, pelo menos oito conquistaram o primeiro mandato e três ex-deputados voltam depois de um período sem mandato. Ficaram de fora: o ex-deputado Severino Cavalcanti (PP), que renunciou à presidência da Câmara no ano passado para se livrar da cassação no escândalo do “mensalinho”; Pedro Corrêa Neto (PP), filho do ex-deputado federal Pedro Corrêa, que deixou de disputar porque ficara inelegível depois de ser cassado por envolvimento com o

---

<sup>12</sup> Uma reportagem do *Jornal do Commercio*, “Sanguessugas sofrem derrota nas urnas”, mostra que dos 49 deputados federais, que respondiam processos no Conselho de Ética, apenas seis conseguiram se eleger. Enquanto 16 outros simplesmente desistiram de concorrer à reeleição. Já no Senado, o único que disputou foi igualmente derrotado. Já entre os acusados de participar do “mensalão”, de 11 apenas cinco voltaram à Câmara Federal (de 3/10/2006, Política, p. 6). Pelo menos em parte, tais dados podem ajudar a entender o que ocorreu à candidatura de Humberto Costa.

<sup>13</sup> Para os dados acerca dos proporcionais federais e estaduais, Cf. a página do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE): [www.tre-pe.gov.br](http://www.tre-pe.gov.br) (página acessada em 23/11/2006).

“mensalão”. Também não renovaram seus mandatos os deputados federais pefelistas Joaquim Francisco e Oswaldo Coelho, este com quatro décadas de sucessivas reeleições.

No campo da oposição, dois candidatos históricos do PT tiveram suas votações reduzidas, um deles até mesmo ameaçado de não retornar à Câmara Federal: os deputados federais petistas Fernando Ferro e Paulo Rubem Santiago. Ambos tinham tido mais de 90 mil votos nas eleições de 2002, e obtiveram, respectivamente, pouco mais de 72 mil votos e 55 mil votos. O segundo, inclusive, só ficou entre os 25 eleitos em função do coeficiente eleitoral da *Frente Melhor pra Pernambuco*, impulsionada pela votação obtida por Armando Monteiro Neto, Maurício Rands e Carlos Wilson, primeiro, quinto e sexto colocados no geral.

Na Assembléia Legislativa Estadual, das 49 cadeiras em disputa 20 foram conquistadas por novos parlamentares. Dos quais, 19 irão estreiar no legislativo estadual, enquanto um retornará às atividades parlamentares. A renovação foi menor do que a de quatro anos atrás: 40,8% contra 59%. E, isoladamente, a *União por Pernambuco* ficou com a maior bancada, elegendo 17 deputados. No entanto, a *Frente Popular de Pernambuco* obteve 12 cadeiras, enquanto a *Frente Melhor pra Pernambuco*, 10. Juntos, portanto, superam a oposição. Outras legendas ficaram com as 10 cadeiras restantes.

Na disputa para a Câmara Federal, a *União por Pernambuco* fez nove deputados, a *Frente Melhor pra Pernambuco* também ficou com nove, enquanto a *Frente Popular de Pernambuco* elegeu sete, o que mostra o avanço e a ampla prevalência da base “lulista” nas eleições proporcionais no Estado.

### **O segundo turno e os resultados finais**

Ainda na noite de 1º de outubro, dia do primeiro turno, Humberto Costa reconheceu a derrota e anunciou imediato e irrestrito apoio ao candidato socialista, o que afastou a possibilidade de discussão no interior do PT e qualquer desgaste para a candidatura de Eduardo Campos. Além disso, com ele levou o apoio do PCdoB e de outras pequenas legendas que o apoiaram. Faltava apenas o apoio do PTB, dirigido pelo influente deputado federal Armando Monteiro Neto, o que não tardou a acontecer. Enquanto isso Mendonça Filho e a *União por Pernambuco* praticamente repetiam o palanque do primeiro turno.

Resultado: as pesquisas logo indicaram o favoritismo do agora único candidato da oposição: Eduardo Campos. Por exemplo, em 15/10/2008, com a propaganda eleitoral do segundo turno já iniciada, o Instituto Data Associados apontava Eduardo Campos com 62% contra 38% de Mendonça Filho<sup>14</sup>. Já o Vox Populi mostrava números bastante próximos: Eduardo Campos, 64%, e Mendonça Filho, 36%<sup>15</sup>. Em ambos os casos, considerando-se apenas os votos válidos. Já a disputa nacional em Pernambuco apontava um favoritismo absoluto de Lula contra Alckmin: 81% x 19%, para o Data Associados, e 80% x 20%, para o Vox Populi.

Com Humberto Costa fora da disputa, a *União por Pernambuco* e Mendonça Filho centrariam todas as suas críticas ao candidato da *Frente Popular de Pernambuco*, Eduardo Campos. Para tanto, a principal tática empregada foi a clara tentativa de estadualizar o debate e fugir da disputa indireta com o presidente-candidato Lula, grande favorito em Pernambuco.

Assim, passou a destacar os palanques estaduais, apontando que, de um lado, a *União por Pernambuco* contava com Jarbas Vasconcelos, Marco Maciel, Sérgio Guerra, Roberto

<sup>14</sup> Para os dados e a metodologia empregada, Cf. *Diário de Pernambuco*, 15/10/2008, Política, p. A4.

<sup>15</sup> Cf. [http://jc.uol.com.br/especiais/eleicoes2006/2006/10/15/not\\_1375.php](http://jc.uol.com.br/especiais/eleicoes2006/2006/10/15/not_1375.php), inclusive para a metodologia (página acessada em 2/2/2006).

Magalhães, Joaquim Francisco – os dois últimos de volta ao PFL -, Gustavo Krause, Raul Jungmann (PPS), entre outras lideranças. E, do outro lado, além do candidato Eduardo Campos, já apontado pela *União por Pernambuco* como o principal responsável pela ação dos precatórios no terceiro Governo Arraes, estavam o candidato petista derrotado Humberto Costa, então associado a dois escândalos recentes, Inocêncio Oliveira, que, ainda durante o período pré-eleitoral, segundo o próprio Mendonça Filho, teria tentado negociar duas secretarias em troca da adesão à *União por Pernambuco*, e Severino Cavalcanti, que renunciara à presidência da Câmara Federal um ano e meio antes sob a acusação de corrupção, no caso do “mensalinho”<sup>16</sup>. Mas nenhuma palavra contra Lula. E muito pouco do planque nacional, formado por PSDB-PFL e adversário do presidente-candidato.

Embora tivesse algum cuidado para criticar e atingir apenas Eduardo Campos, a *União por Pernambuco* teve muita dificuldade para que tais iniciativas não parecessem ser ataques diretos a Miguel Arraes. E a razão era evidente: não confrontar um mito da política pernambucana, já fora de qualquer disputa e, portanto, sem a possibilidade de explicar-se e defender-se. Até porque sua morte ainda era bastante recente.

Já a campanha de Eduardo Campos fazia o oposto: tomava e tratava qualquer referência ao episódio do “precatórios” como um ataque à memória do ex-governador. E utilizou em sua defesa algumas personalidades populares e da geração do próprio Arraes, como o escritor e dramaturgo Ariano Suassuna, filiado ao PSB. Com Suassuna, também ex-secretário de Arraes, cogitado para disputar a vaga no Senado e presente com grande destaque desde o início da campanha eleitoral, a *Frente Popular de Pernambuco* procurava neutralizar a popularidade de Jarbas Vasconcelos. E recorria igualmente o ex-ministro da Justiça do primeiro ano do governo José Sarney, Fernando Lyra, irmão do candidato a vice-governador, João Lyra Neto, para defender o ex-governador. Assim como Arraes, Lyra fora do PMDB e PSB. Com isso, ambos, Suassuna e Lyra, buscavam ainda legitimar a candidatura de Eduardo Campos e poupá-lo da defesa da memória e do legado de seu avô.

Esta foi a tônica de praticamente toda a campanha do segundo turno. E também dos vários debates realizados. Resultado: a vantagem de Eduardo Campos só fez crescer. Na última sondagem, publicada em 29/10/2008, por exemplo, o Data Associados assegurava a vitória de Eduardo Campos com 68% contra 32% de Mendonça Filho<sup>17</sup>. O Vox Populi praticamente repetia os dados: 65% x 35%<sup>18</sup>. E mais: a vitória de Eduardo Campos já se desenhava em todas as regiões do Estado (RMR, Zona da Mata, Agreste e Sertão), o que, de fato, veio a ocorrer. E o impressionante desempenho do presidente-candidato Lula apenas contribuía para guindar ainda mais a intenção de voto do aliado Eduardo Campos. No citado levantamento do Data Associados, às vésperas do segundo turno, a intenção de votos em Lula chegava a 83% dos votos válidos.

Os números finais do segundo turno confirmaram o favoritismo da dobradinha Lula-Eduardo Campos no Estado (ver ANEXOS I e III). À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a vitória da *Frente Popular de Pernambuco* resultou mais de seus acertos que dos evidentes erros da *União por Pernambuco*<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Cf. <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/criminal/mpf-df-denuncia-severino-cavalcanti-por-cobrar-mensalinho/>, do Ministério Público Federal, em Brasília, para um resumo do caso do ponto de vista oficial (página acessada em 25/1/2008).

<sup>17</sup> Para os dados e a metodologia empregada, Cf *Diário de Pernambuco*, 29/10/2008, Política, p. A7.

<sup>18</sup> Cf. [http://jc.uol.com.br/especiais/eleicoes2006/2006/10/27/not\\_1534.php](http://jc.uol.com.br/especiais/eleicoes2006/2006/10/27/not_1534.php), inclusive para a metodologia empregada (página acessada em 12/2/2006).

<sup>19</sup> A propósito é relevante ler o artigo de um dos marqueteiros da *União por Pernambuco*, José Roberto Berni, “Terceira eleição de Jarbas ou primeira de Mendonça?”, em que ele enumera as razões porque deixava a equipe da campanha e

Há uma tendência e uma tentação generalizada em creditar as vitórias em disputas eleitorais aos erros dos adversários, o que só empobrece as análises e mina o seu possível poder explicativo. Portanto, em síntese, as principais razões da vitória de Eduardo Campos devem ser creditadas a vários fatores, dentre eles os seguintes: ampliação do palanque desde o início da disputa, às vezes de forma até agressiva, o que incluiu atrair para a *Frente Popular de Pernambuco*, por exemplo, Inocêncio Oliveira, que, em alguns momentos flertou com o PT e a *Frente Melhor pra Pernambuco*, e prefeitos e líderes políticos dissidentes da *União por Pernambuco* no interior do Estado; enorme carisma do candidato e sua empatia com o eleitorado, rápida identificação de suas necessidades e desejos demonstrados ao longo da campanha, sobretudo na propaganda no rádio e na televisão; pronta resposta aos temas favoráveis e contrários, que emergiram na campanha<sup>20</sup>; uso comedido do mito Arraes e a presença forte e abonadora de Ariano Suassuna; o pronto apoio que recebeu do candidato petista Humberto Costa visando a disputa do segundo turno, o que ocorreu ainda no começo da apuração do primeiro turno; e, finalmente, sua forte vinculação com o presidente-candidato Lula.

### Comentários finais

Inicialmente, algumas palavras sobre a disputa presidencial no primeiro turno. Tendo partido na frente, e contando com a enorme vantagem de disputar a reeleição, o presidente-candidato Lula sempre foi o franco favorito, mesmo após mais de um ano de fortes denúncias e escândalos envolvendo seu governo e partido. As diversas pesquisas apontavam sua vitória, inclusive no primeiro turno. Do outro lado, a principal candidatura de oposição – a dobradinha Geraldo Alckmin e José Jorge – jamais decolou nem empolgou. Enquanto Lula sempre foi candidato natural à reeleição, Alckmin e José Jorge nunca foram os preferidos pelos partidos daquela coligação. Pelo contrário, tiveram de superar enormes resistências e desconfianças internas. O primeiro teve que se impor diante do então prefeito de São Paulo, José Serra, e o segundo, chegou a disputar informalmente a indicação de seu partido, o PFL, com o então presidente da legenda, o senador Jorge Bornhausen (SC), e formalmente com o também senador Agripino Maia (RN)<sup>21</sup>.

Mas uma sucessão de graves erros, quase todos apontados pela mídia e analistas, protagonizada por petistas, entre os quais a compra de um dossiê contra tucanos, fato amplamente divulgado pela imprensa<sup>22</sup>, e uma acentuada melhora na imagem de Alckmin, conseqüência do engajamento na campanha nacional de algumas lideranças do PSDB, PMDB e PFL, terminaram por contribuir para que o presidente-candidato Lula não

---

aproveita para criticar abertamente a sua condução por Antônio Lavareda, o principal marqueteiro de Jarbas Vasconcelos (desde 1985) e da aliança, além da reportagem sobre o episódio, “Berni: ‘Não aceitei ser o laranja’” (*Jornal do Commercio*, 14/8/2006).

<sup>20</sup> Um exemplo de tema utilizado favoravelmente pela *Frente Popular de Pernambuco* foi o debate em torno do valor da conta de energia elétrica, aqui já citado. Em suma, a denúncia foi feita por um candidato, mas foi Eduardo Campos quem mais capitalizou o desgaste do candidato-governador Mendonça Filho. Por outro lado, como exemplo de tema negativo pode-se citar a denúncia em torno de uma tentativa de favorecimento ilícito feita por um ex-militante tucano às vésperas do primeiro turno contra o presidente estadual do PSB, Milton Coelho, também candidato a deputado estadual. Logo após a denúncia, que não teve qualquer outro impacto na campanha majoritária, o dirigente socialista foi afastado do cargo e praticamente desapareceu da eleição, passando da condição de um dos favoritos a conquistar uma das vagas na Assembléia Legislativa a candidato derrotado. Para maiores informações sobre o caso, que foi denunciado pelo *JC OnLine*, Cf. o endereço <http://jc.uol.com.br/blogs/blogdejamildo/> no link [Veja Anteriores], no período da campanha eleitoral. O caso também foi amplamente coberto pelo blog do jornalista Ricardo Noblat (<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>).

<sup>21</sup> Cf. <http://www.clickpb.com.br/noticias/?cod=14951&sec=53>, para a crise gerada com a disputa e a indefinição do nome do PFL, e <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78700.shtml>, para os dados sobre a votação envolvendo a escolha de José Jorge. (páginas acessada em 16/2/2007)

<sup>22</sup> Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u83557.shtml>, para informação detalhada sobre escândalo envolvendo a compra de dossiê contra José Serra (página acessada em 13/2/2006).

liquidasse a fatura no primeiro turno. Além disso, é relevante lembrar que às vésperas do primeiro turno jornais e emissoras de televisão de todo o País mostraram pilhas do dinheiro que seria usado para comprar o dossiê, o que provavelmente influenciou o eleitorado<sup>23</sup>. Mesmo assim faltou pouco para Lula vencer ainda no primeiro turno, mesmo considerando o tamanho absoluto do colégio eleitoral: menos de dois pontos percentuais<sup>24</sup>.

Costuma-se dizer que o segundo turno é outra eleição. De fato, parece ser. Mas é necessário que se entenda que o segundo turno sofre forte influência das campanhas e desempenhos dos candidatos no primeiro. Não se parte do zero. O resultado final é consequência da continuidade da disputa. Não se define a priori. Por isso, análises feitas sobre perspectivas para segundo turno nacional não se aplicam automaticamente à disputa estadual, e vice-versa. Em Pernambuco, foi o que aconteceu na eleição de 2006 considerando o pleito nacional *vis a vis* ao pleito estadual.

Quanto ao plano nacional, é preciso lembrar que o presidente-candidato Lula partiu para o segundo turno com um resultado numérico expressivo, pois obteve quase metade dos votos válidos. Para ser eleito no segundo teve “apenas” que conquistar, por exemplo, cerca de um terço dos votos dados à senadora Heloísa Helena (PSOL). Esta, por razões ideológicas e coerência histórica, terminou por manter certa neutralidade na disputa, o que, certamente, facilitou o avanço de Lula sobre o eleitorado do Sul-Sudeste, em que teve menor votação e onde Heloísa Helena alcançou seus maiores índices. Já Alckmin teria que conquistar votos de Lula. Tarefa mais árdua, conforme mostravam as pesquisas que mediam a fidelidade dos eleitores do candidato-presidente. E o tucano precisaria avançar fortemente sobre o eleitorado de Lula no Nordeste, o que seria muito difícil.

No plano estadual, é preciso observar que Mendonça Filho sofreu desgaste semelhante ao que atingiu Alckmin para se impor como o candidato da *União por Pernambuco*. E, apesar de o governador Mendonça Filho ter ficado na frente no primeiro turno, a oposição teve mais votos (em números redondos, 39% x 59%). Neste caso, acumulou mais capital eleitoral e iniciou a disputa do segundo turno com considerável vantagem.

A conta era simples. Bastava analisar os números totais no Estado e por região (Sertão, Agreste, Mata e Região Metropolitana, incluindo o Recife)<sup>25</sup>. A oposição levava vantagem na medida em que a maioria dos votos obtidos pelo opositor Humberto Costa (PT) tendia fortemente a migrar para o também opositor Eduardo Campos (PSB). Por razões ideológicas, mas igualmente porque, no primeiro turno, como se viu, a campanha da *União por Pernambuco*, por erro dos marqueteiros, por falta de alternativas ou simplesmente porque o petista era o alvo mais vulnerável, bateu forte e sistematicamente. Assim, o eleitor de Humberto Costa, mais ideológico e ou “lulista”, foi naturalmente atirado nos braços de Eduardo Campos.

E mais: a oposição acumulou, ainda, certo capital político, resultante da onda favorável à candidatura de Eduardo Campos no final da disputa e do fato de o governador não ter conseguido ultrapassar a barreira dos 40%, o que já dava uma dimensão das dificuldades do ex-governador Jarbas Vasconcelos em transferir parte de seus votos, como, aliás, já ocorrera em eleições recentes no Recife e no Estado.

---

<sup>23</sup> Cf <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0..AA1291890-3586.00.html>, para informações sobre o dinheiro (página acessada em 13/2/2007).

<sup>24</sup> Para dados totalizados da eleição presidência nos primeiro e segundo turnos, Cf. buscas localizadas na página <http://www.tse.gov.br/internet/index.html> (acessada em 27/11/2006). Para os resultados em Pernambuco, ver anexos localizados no final deste texto.

<sup>25</sup> *Idem*.

Assim, apesar de ocupar a posição final inversa à de Alckmin, Mendonça Filho teria igualmente que avançar sobre os votos dos adversários. Já Eduardo Campos precisava “apenas” herdar parte dos votos dados a Humberto Costa, o que era mais plausível.

Uma palavra sobre a relação entre as duas disputas (nacional e estadual). Não obstante o que se podia pensar a respeito, o candidato da oposição no segundo turno, Eduardo Campos, só teve a ganhar com a realização do segundo turno nacional. De fato, se a eleição presidencial tivesse sido decidida ainda no primeiro turno, o presidente Lula começaria logo a articular sua base no Congresso Nacional e a buscar apoio da fração da oposição menos refratária a ele (leia-se: PMDB). Para evitar seqüelas e desgastes, Lula dificilmente iria envolver-se nas disputas estaduais, muitas delas acirradas, como foi a de Pernambuco no primeiro turno. Com o segundo turno, o presidente, além de consolidar o que já obteve, foi atrás dos votos necessários para vencer, e se engajou fortemente na campanha de Eduardo Campos. Até porque o candidato petista Humberto Costa já estava fora da disputa estadual. E, pelo menos aparentemente, nunca fora o seu preferido na disputa estadual. É bom lembrar que Eduardo Campos já era o presidente nacional do PSB, o que certamente pesaria na disputa presidencial.

A expressiva vitória de Eduardo Campos pôs fim a oito anos de hegemonia da *União por Pernambuco*, além de transformá-lo na principal liderança das denominadas “forças populares” de Pernambuco, tendo a sombra apenas do prefeito do Recife, João Paulo. E evidenciou ainda mais a dificuldade do ex-governador Jarbas Vasconcelos em transferir sua força eleitoral para aliados, seja na esfera municipal ou estadual. Além disso, a eleição do socialista pode representar o fim de um ciclo político no Estado, agora sem a forte e marcante presença do ex-governador Miguel Arraes, do qual Jarbas Vasconcelos é provavelmente o último remanescente a ocupar o Palácio do Campo das Princesas.

E mais: aliado de primeira hora do presidente Lula, Eduardo Campos terá uma chance jamais desfrutada por seu avô nos três mandatos em que comandou o Estado. Com efeito, em 1963-1964, Arraes enfrentou uma situação tão adversa que logo culminaria no Golpe Civil-Militar de 1º de abril; em 1987-1990, além dos problemas econômicos do País, terminou por romper com o presidente José Sarney, o que o levou ao isolamento; e, em 1995-1998, penou, no plano nacional, com a enorme animosidade de aliados de seus maiores adversários no Estado.

Assim sendo, diante das perspectivas de investimentos anunciados e em curso em Pernambuco, quase todos patrocinados pelo Governo Federal, Eduardo Campos já é o mais forte candidato a governador de Pernambuco também em 2010. A não ser que tente dar um salto maior. De toda forma, para evitar surpresas, deverá seguir atentamente os passos do prefeito João Paulo. Até porque, tendo sido derrotada em todas as doze microrregiões e em 171 municípios dos 184 do Estado, a oposição encabeçada pelo PFL e PSDB levará algum tempo para se recompor (ver ANEXO II). Sobretudo o PFL, que pela primeira vez, desde que foi fundado em 1985, será oposição na capital e nos governos estadual e federal, com todas as implicações que isso tem do ponto de vista político e econômico para gestores e lideranças municipais, além de ter reduzido suas bancadas, estadual e federal, respectivamente, de 11 para oito e de sete para apenas três deputados<sup>26</sup>. Portanto, é muito provável que as eleições municipais de 2008 não ajudem muito os pefelistas e tucanos pernambucanos a mudar o jogo político no Estado nos próximos quatro ou oito anos.

---

<sup>26</sup> Cf. *Diário de Pernambuco*, 16/11/2006, Política, p. A4.

## ANEXO I – VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR DE PERNAMBUCO, 2006

### Resultado 1º Turno

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Coligação
MENDONÇA FILHO	1.578.001	39,318	PMDB / PTN / PPS / PFL / PHS / PSDB
EDUARDO CAMPOS	1.356.950	33,810	PP / PDT / PSC / PL / PSB
HUMBERTO COSTA	1.008.842	25,137	PRB / PT / PTB / PAN / PMN / PCdoB
CLÓVIS CORREA	27.036	0,674	(sem coligação)
EDILSON SILVA	26.786	0,667	PSOL / PCB
KÁTIA TELLES	8.718	0,217	(sem coligação)
LUIZ VIDAL	5.485	0,137	(sem coligação)
OSWALDO ALVES	1.597	0,040	(sem coligação)

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) - página acessada em 23/1/2007)

OBS.:

Urnas: 16.822

Eleitorado: 5.834.512

Abstenção: 1.064.542 (18,25%)

Votos: 4.769.970

Votos válidos: 4.220.344 (88,48%)

Votos brancos: 178.589 (3,74%)

Votos nulos: 371.037 (7,78%)

### Resultado 2º Turno

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Coligação
EDUARDO CAMPOS	2.623.297	65,361	PP / PDT / PSC / PL / PSB
MENDONÇA FILHO	1.390.297	34,639	PMDB / PTN / PPS / PFL / PHS / PSDB

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) - página acessada em 23/1/2007))

OBS.:

Urnas: 16.822

Eleitorado: 5.834.512

Abstenção: 1.163.388 (19,94%)

Votos: 4.671.124

Votos válidos: 4.013.570 (85,92%)

Votos brancos: 111.805 (2,39%)

Votos nulos: 545.749 (11,68%)

**ANEXO II – VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR DE PERNAMBUCO,  
POR MICRORREGIÃO, NO 2º TURNO, 2006**

(FONTE: *Diário de Pernambuco*, 4/11/2006, Política, p. A6)

**Região Metropolitana do Recife (14 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	1.082.819	61%	14
MENDONÇA FILHO	697.638	39%	0

**Mata Sul (24 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	216.892	67	23
MENDONÇA FILHO	104.931	36	1

**Mata Norte (19 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	169.616	62	17
MENDONÇA FILHO	104.371	38	2

**Agreste Setentrional (19 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	154.903	66	16
MENDONÇA FILHO	78.194	34	3

**Agreste Central (26 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	269.295	63	23
MENDONÇA FILHO	175.839	37	3

**Agreste Meridional (26 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	209.066	76	24
MENDONÇA FILHO	67.274	24	2

**Sertão de Itaparica (7 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	42.681	73	7
MENDONÇA FILHO	15.841	27	0

**Sertão do São Francisco (7 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	125.501	78	7
MENDONÇA FILHO	35.918	22	0

**Sertão do Araripe (10 municípios)**

Candidato	Votos	%/Válidos	Total de Município em que venceu
-----------	-------	-----------	----------------------------------

**Nominais**

EDUARDO CAMPOS	96.987	79	8
MENDONÇA FILHO	25.358	21	2

**Sertão do Moxotó (7 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	65.503	75	7
MENDONÇA FILHO	22.288	25	0

**Sertão do Pajeú (17 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	107.727	73	17
MENDONÇA FILHO	40.475	27	0

**Sertão Central (8 municípios)**

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Total de Município em que venceu
EDUARDO CAMPOS	54.425	70	7
MENDONÇA FILHO	22.983	30	1

## ANEXO III – VOTAÇÃO PARA PRESIDENTE EM PERNAMBUCO, 2006

### Resultado 1º Turno

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Coligação
LULA	2.993.618	70,933	PT / PRB / PCdoB
GERALDO ALCKMIN	964.730	22,859	PSDB / PFL
HELOÍSA HELENA	157.966	3,743	PSOL / PSTU / PCB
CRISTOVAM BUARQUE	90.445	2,143	PDT
LUCIANO BIVAR	6.321	0,150	PSL
ANA M <sup>a</sup> RANGEL	4.966	0,118	PRP
JOSÉ MARIA EYMAEL	2.298	0,054	PSDC

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) - página acessada em 23/1/2007)

OBS.:

Urnas: 16.822

Eleitorado: 5.834.512

Abstenção: 1.064.542 (18,25%)

Votos: 4.769.970

Votos válidos: 4.220.344 (88,48%)

Votos brancos: 178.589 (3,74%)

Votos nulos: 371.037 (7,78%)

### Resultado 2º Turno

Candidato	Votos Nominais	%/Válidos	Coligação
LULA	3.260.996	78,483	PT / PRB / PCdoB
GERALDO ALCKMIN	894.062	21,512	PSDB / PFL

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) - página acessada em 23/1/2007)

OBS.:

Urnas: 16.822

Eleitorado: 5.834.512

Abstenção: 1.163.388 (19,94%)

Votos: 4.671.124

Votos válidos: 4.155.058 (88,95%)

Votos brancos: 85.958 (1,84%)

Votos nulos: 430.108 (9,21%)

## ANEXO IV – VOTAÇÃO PARA SENADOR, EM PERNAMBUCO – 2006

<b>Candidato</b>	<b>Votos Nominais</b>	<b>%/Válidos</b>	<b>Coligação</b>
JARBAS VASCONCELOS	2.031.261	56,135	PMDB / PTN / PPS / PFL / PHS / PSDB
LUCIANO SIQUEIRA	835.980	23,103	PRB / PT / PTB / PAN / PMN / PC do B
JORGE GOMES	723.722	20,000	PP / PDT / PSC / PL / PSB
HÉLIO CABRAL	8.311	0,230	PSTU
BELARMINO	6.465	0,179	PSL / PTC / PRP / PT do B
ALUÍSIO FIGUEIRÔA	5.286	0,146	PSOL / PCB
PEDRO GONDIM	5.145	0,142	PRONA
DELTA DE FARIAS	2.355	0,065	PRTB

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) - página acessada em 23/1/2007)

OBS.:

Urnas: 16.822

Eleitorado: 5.834.512

Abstenção: 1.064.542 (18,25%)

Votos: 4.769.970

Votos válidos: 3.618.525 (75,86%)

Votos brancos: 518.438 (10,87%)

Votos nulos: 633.007 (13,27%)

## TRABALHOS PARA DISCUSSÃO 2008

### **N. 199/2007**

**Título:** Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a abordagem biográfica, instrumento da pesquisa educacional e da formação: contribuição da Escola de Chicago e do Interacionismo Simbólico

**Autor:** José Batista Neto

*Dezembro/2007*

### **N. 200/2008**

**Título:** Migração e emprego precário na atividade de confecções em dois contextos distintos: São Paulo (SP) e Toritama (PE)

**Autores:** Renato Duarte e Wilson Fusco

**Março/2008**

### **N, 201/2008**

Traçando o mapa, armando o diálogo: a produção do conhecimento do Departamento de Educação da Fundação Joaquim Nabuco – 1980/1995

**Autora:** Janirza (Jana) Cavalcante da Rocha Lima

**Março/2008**